



POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O SOFTWARE LIVRE NO BRASIL: a possibilidade de libertação tecnológica para o país*

Claudia Maria da Costa Archer¹

Resumo: Este artigo procura mostrar o avanço das políticas públicas adotadas no Brasil, para o software livre. Inicialmente demonstramos a importância da Tecnologia da Informação e Comunicação nos dias atuais e sua utilização no trabalho, e as mudanças ocorridas devido à utilização destas tecnologias.

Abstract: This paper shows the development of public policies adopted in Brazil for Free Software. First we show the importance of Information and Communication Technologies in now days and its applications in jobs, and the changes because this use of technologies.

* Este artigo é licenciado pela Free Documentation Licence - FDL, maiores informações encontram-se no sítio: www.fsf.org

¹ Docente. Centro Universitário do Maranhão. E-mail: claudiarcher@gmail.com.br



Introdução

Para a nossa sociedade, a Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC² se apresenta como um dos meios para que a idéia da “globalização” seja um fenômeno vivido pela nossa época, através de redes como a internet, e-mail's, celulares, etc. Os computadores cada vez mais potentes, os softwares cada vez mais abrangentes e as redes de comunicações de dados, cada vez mais velozes e seguras, facilitando o controle, a regulação, aumentando a capacidade da financeirização e da acumulação do Capital, para o Estado e as grandes empresas transnacionais.

As mudanças tecnológicas acontecidas nas últimas décadas transformou as relações sociais, a grande mudança ocorrida foi no trabalho e é através dele que se apresenta “o ser social”, como consequência temos hoje as transformações dos meios de produção que utilizam em quase todos os setores, senão em todos, as Tecnologias da Informação e da Comunicação – TIC's.

O Estado, nesta conjuntura, necessita acompanhar as mudanças tecnológicas inserindo em suas instituições as tecnologias da informação e comunicação - TIC's. O grande problema é a forma como estas tecnologias se inserem no Estado, como se manifestam as diferenciações deste fenômeno nos países centrais e nos países periféricos, o que nos remete a outro problema, o monopólio dos softwares proprietários³.

Se analisarmos o que vem ocorrendo nas últimas duas décadas do século XX, e neste início do século XXI, vemos a Microsoft dominando o mercado de software para equipamentos pessoais (microcomputadores). O maior exemplo que podemos usar é o navegador Netscape, no início da internet era o mais usado . A microsoft realizou então um “dumping” nos softwares, incluindo em seu pacote de sistema operacional Windows, o navegador Internet Explorer, hoje ele é o mais usado, reforçando o seu monopólio.

Contrário a esta lógica surge na década de 70, no Instituto Tecnológico de

2 Tecnologias da Informação e Comunicação - TIC's

3 É todo programa de computador distribuído nos termos de uma licença não permissiva, em que é vedado o acesso ao seu código-fonte e conseqüentemente à sua alteração.



Massachusetts – MIT, uma nova possibilidade: o Software Livre (Free Software), usaremos como conceito desse software a definição da Free Software Foundation – FSF⁴, “*software livre é um software de código aberto*⁵ que se pode utilizar, copiar, modificar e redistribuir, de acordo com a licença definida pelo autor”, portanto software livre é uma questão de licenciamento, ele usa a General Public Licence – GPL⁶, que visa preservar os direitos do autor e ainda assim trazer liberdade. o Movimento do Software Livre, pode ser considerado um movimento de resistência, contra o monopólio instituído, que se contar com o apoio do Estado e da sociedade, poderá transformar o poder de exclusão das tecnologias de informação e comunicação, em poder de inclusão, digital e de aumento da capacidade de intelectual dos países.

A nossa abordagem será sobre a dimensão política do software livre no Estado brasileiro, é preciso a conscientização sobre a importância estratégica do Software Livre para a autonomia nacional no setor da tecnologia da informação e comunicação. Relataremos o que está ocorrendo neste setor para construção da Política de Software Livre e quais os entraves impedem a consolidação dessa política pública no Brasil.

I. O Capitalismo Digital e seus dissidentes

A mundialização situada para além do fordismo, modifica os processos de acumulação do Capital. O fator que mais contribuiu com esses novos modos de

4 www.fsf.org – Fundação Software Livre, cujo Presidente é Richard Stallman, fundador do movimento do Software Livre.

5 Código aberto ou open source: é o programa de computador em que é permitido o acesso ao seu código-fonte. A permissão de acesso ao código-fonte não significa necessariamente que se possa alterá-lo e distribuí-lo. Assim, pode-se dizer que todo software livre é necessariamente de código aberto, mas nem todo software de código aberto é software livre. A Open Source Initiative mantém uma definição de código aberto (open source) no seu sítio: <http://www.opensource.org/>.

6 GPL - (GNU General Public License) é a licença que acompanha os softwares distribuídos pelo Projeto GNU e mais uma grande variedade de softwares, incluindo o núcleo do sistema operacional Linux. A GPL ao invés de limitar a distribuição do software por ela protegido, impede que este programa seja integrado a um software proprietário. A GPL é baseada na legislação internacional de copyright. A Free Software Foundation é a organização que mantém as versões da licença GPL e podem ser consultadas no sítio: <http://www.fsf.org/>.



acumulação foi a introdução da Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, pois ela possibilitou um maior controle da produção e do proletariado; o aprimoramento das formas de acumulação – como a financeirização do capital – tornando mais profundo o abismo entre os países periféricos e países centrais, pois fazem com o capital investido nos meios de produção diminuam, aumentando o desemprego.

Alguns autores discutem que a TIC está sendo saudada com o mesmo entusiasmo, que foi na década de 1920, a produção em massa do automóvel, que acabou na grande depressão. Estas semelhanças são uma visão cética deste fenômeno. Outros autores levantam ainda uma das falácias das TIC's e seu suposto papel de fornecimento da informação, que incita o uso inadequado e confuso dos termos informação e conhecimento. A informação por si só, não traz conhecimento: são necessárias outras habilidades cognitivas para que isto ocorra.

A mundialização pode ser personificada pelas possibilidades que foram abertas com essas novas tecnologias que quebram as fronteiras territoriais dos Estados através das redes de telecomunicações e computadores, como a internet. Ao analisarmos as fases econômicas do capitalismo, verificamos que estas constroem artifícios para superação das crises que são inerentes a este sistema econômico, para a sociedade capitalista a inserção das novas tecnologias da informação e comunicação aumentaram a capacidade teleológica desta sociedade, que é a acumulação do Capital.

Esses processos destroem a função do trabalho de integrador da sociedade, pois promovem seu desmonte com a flexibilização e precarização do trabalho, aumentando o grupo de excluídos(as), os(as) não trabalhadores(as), aumentando consideravelmente aqueles que Marx chamou de “exército de reserva”. São as transformações do trabalho ocorridas nos anos 80, que Ricardo Antunes, enumerou: *“o grande salto tecnológico, a automação e a robótica invadiram o universo fabril, inserindo-se e desenvolvendo-se nas relações de trabalho e de produção de capital.”* [ANTUNES, 2003] que aumentaram a terceirização e precarização do trabalho.

Vários autores defendem a tese de estarmos na 3ª Revolução Tecnológica,



ela recebe várias denominações: “Revolução das Novas Tecnologias de Informação”, “Revolução Digital”, “Revolução Informacional”, “Era do Acesso”, entre outras. O grande problema e singularidade, desta revolução em relação às anteriores, é que:

“Enquanto a primeira e a segunda revoluções tecnológicas ampliaram a capacidade física e precisão das atividades humanas, esta revolução amplia a mente. (...) exatamente por fundar-se nas tecnologias da inteligência, amplia exponencialmente as diferenças na capacidade de tratar informações e transformá-las em conhecimento.”
[SILVEIRA, 2001]

Esta questão está relacionada com a nova questão social, e é agravada ao verificarmos a diferenciação na sua manifestação nos países centrais e nos países periféricos. Pesquisas sobre o uso da tecnologia da informação e comunicação revelam que 45% da população que possui acesso à internet se localizam nos EUA e no Canadá, os 55% restantes estão distribuídos pelo restante do mundo. Os países centrais produzem tecnologia de ponta, exportando o que está ultrapassado para os países periféricos, que consomem esta tecnologia obsoleta, pois são apenas consumidores tecnológicos e proporcionalmente são a minoria dos acessos no mundo, pois dos 55% que possuem acesso à internet, aproximadamente uns 30% estão localizados na União Européia.

Neste conjuntura econômica cria-se uma sociedade onde a informação trafega pela rede e o conhecimento pode vir a ser generalizado, com esta ideologia, surge no meio da TIC, um movimento definido por André Gorz, como: *“(...) Entre seus vários ativistas destacam-se, (...), o movimento do Software Livre e o 'hacker'. Sua oposição é ativa na esfera mais importante para o capital: a esfera da produção, da disseminação, da socialização e da organização do saber. Eles são os 'dissidentes do capitalismo digital'.”* [GORZ, 2003], devido a sua forma compartilhada de produção. Inicia-se assim a pressão deste movimento mundial para que os países adotem como padrão para o Estado, o SL⁷, pois é socialmente justo, economicamente viável e tecnologicamente sustentável.

O movimento do SL é antes de tudo um anti-capitalista em sua essência, pois quebra a cadeia de produção, do monopólio do conhecimento, criando uma sociedade em rede, onde programadores, analistas, hackers, usuários, interagem e

7 Passaremos a referenciar o Software Livre, como SL



constroem em comunidade um novo modo de produção, onde os meios de produção e a força de trabalho, pertencem ao proletariado, podendo vir a ser o modo idealizado por Lenin da “ditadura do proletariado”.

II. O Estado brasileiro e o Software Livre

O Estado brasileiro, estando entre os países periféricos, possui em sua burocracia uma enorme dependência tecnológica, seja pelo sucateamento das empresas estatais, seja pela falta de capacitação e baixa remuneração dos funcionários públicos desta área, seja pela instabilidade do Estado e conseqüentemente empresas das estatais de TIC. Fora o agravante da inclusão através dos softwares proprietários⁸, adquiridos dos países centrais, o que nos remete a outro problema do setor, o monopólio dos softwares. Demonstrando que a “sociedade digital” pode aumentar o abismo entre as classes sociais, de uma forma mais intensa pois se manifesta na capacidade intelectual, ou seja no “capital intelectual” da sociedade. Landes, já afirmava em entrevista para a Revista VEJA:

“Os países que tiveram a oportunidade de não apenas usar, mas também de melhorar as novas tecnologias estarão em posição de vantagem na nova economia. Foi esta capacidade que salvou os Estados Unidos depois de anos de estagnação. Os Estados Unidos apostaram na importância do que chamamos software.(...) Qualquer um pode aprender como fazer um computador. Ou você pode importar uma fábrica de hardware – correndo o risco de que ela se mude para o vizinho se ele oferecer trabalho mais barato (...) Por isso, é na área de software que os novos países devem fazer suas apostas atualmente”[LANDES, 2000].

A França foi pioneira na discussão sobre uma política pública para o uso do software livre, no Estado e aprovaram uma lei parlamentar que torna obrigatório o uso de códigos abertos no governo, sempre que possível. Assim passaram a ter a independência tecnológica dentro da burocracia estatal.

Não podemos imaginar as atividades do Estado, como: arrecadação, previdência, saúde, educação, assistência social, sem a TIC para organizar esses processos. Do mesmo modo a sociedade civil está cada vez mais usando as TIC's em suas vidas cotidianas. Segundo Sérgio Amadeu, citando Michel Levy diz: *“por se tratar de tecnologias da inteligência, sua disseminação indica impactos bem maiores do que a eletrificação ou o uso das novas energias no último quarto do século XIX.*

8 É todo programa de computador distribuído nos termos de uma licença não permissiva, em que é vedado o acesso ao seu código-fonte e conseqüentemente à sua alteração.



Os elementos empíricos indicam que um novo paradigma está se estruturando”
[SILVEIRA, 2003]

As empresas de TIC brasileiras, ao longo dos os oito anos do governo de Fernando Henrique Cardoso, sofreram constantemente de tentativas de desmonte, devido a adoção de políticas neoliberais que objetivavam a minimização do Estado. O resultado foi uma grande terceirização e falta de investimento no setor, o que levou os profissionais da área a buscarem novas soluções técnicas, conseguindo-as através do SL, e assim puderam “acompanhar” a evolução tecnológica, com baixo custo, dentro da legalidade, possibilitando manter a sua empregabilidade e conseqüentemente as Empresas de TIC do Estado.

Com esta conjuntura e pressão de movimentos sociais do SL e a representação dos movimentos sindicais, o governo assinou um Decreto do Governo Federal do dia 29 de outubro de 2003, que instituiu o Comitê Técnico de Implementação do Software Livre – CISL, no Governo Federal, sob o e-Gov⁹, visa priorizar o uso e a migração das tecnologias da informação e comunicação, em todos os órgãos e empresas públicas, para tecnologias baseadas em SL e Open Source¹⁰. O Brasil deixaria de ser apenas um consumidor tecnológico para ser um produtor de tecnologia, tornando o Estado autônomo no setor da tecnologia da informação e comunicação, apesar de sua condição de país periférico.

Inicia-se o processo de construção política para o Software Livre – SL, com o “Guia Livre”¹¹, que serve como uma cartilha de referência para a migração para o SL no Governo Federal, foi elaborado pelo Grupo de Trabalho instituído pelo CISL¹². O Guia Livre foi baseado no “Guia do Intercâmbio de Dados entre Administradores – IDA”, da Comunidade Européia.

Das “Diretrizes para a Implementação do Software Livre no Governo Federal” , destacamos a última “(18) Formular uma política nacional para o software livre”. [GUIA LIVRE, 2005, p.53], que ainda não foi cumprida. Uma proposta de Decreto de

9 e-Gov - Normatização do governo Eletrônico - sítio: www.governoeletronico.gov.br

10 O mesmo que Código Aberto

11 <http://www.governoeletronico.gov.br/governoeletronico/>, Referência de Migração para Software Livre do Governo Federal, 2005. Versão 1.0, acessado em 24/05/2006

12 Comitê Técnico de Implementação do Software Livre – CISL



Lei para a normatização foi escrita, porém devido a divergências entre alguns componentes do próprio comitê, não houve encaminhamento oficial para que a Política Pública de Software Livre fosse regulamentada. O que na nossa avaliação poderá levar a um possível fracasso na consolidação da Política. Esta divergência tem de um lado a Secretaria de Logística da Tecnologia da Informação – SLTI, setor do Ministério do Planejamento, que entende a normatização como meio de engessar o setor, portanto a definição de diretrizes para que os setores do governo migrem seus sistemas proprietários para software livre ou código aberto, são suficientes. Do outro lado, temos o Instituto de Tecnologia da Informação – ITI, órgão da Casa Civil, que entende a falta de normatização desta política um prejuízo para o país, pois no Estado para a sua burocracia só é permitido executar o que está na Lei, enquanto que para o setor privado é permitido executar tudo o que não for ilegal. Está pequena diferença da interpretação da Lei para setores diferentes, faz com que o Estado só possa usar o que estiver regulamentado. Assim se não houver uma normatização e alocação de dotação orçamentária para a sua implementação, cada setor do governo poderá ou não realizar a migração para o SL. O que não constitui uma política de Estado.

Conclusão

Assim vemos que a Tecnologia da Informação e da Comunicação é hoje de extrema importância para a economia, controle e inclusão social para o Estado, principalmente pela questão geográfica do nosso país.

Analisando os documentos governamentais, a partir do Decreto, verifica-se que a política de SL ainda possui muitas inconsistências, pois ao mesmo tempo que incentiva a utilização do software livre, não a normatiza, deixando a máquina estatal federal sem respaldo jurídico para a adoção o software livre. Hoje as instituições, apenas priorizam o uso do SL, no aparelho do Estado. Existe uma grande diferença entre “dever usar” e “priorizar o uso”, pois faz com que a adoção da Política de Implementação do Software Livre, seja mais um fator de decisão gerencial da administração estatal, do que um padrão de uma política de TIC para o Estado.



Observamos que apesar dos avanços que conquistamos com alguns setores do Estado migrando para o SL, ainda não é o suficiente para a total independência tecnológica brasileira.

Porque não investirmos nesta área do conhecimento, já que a TIC é necessária ao país? Porque a exemplo da França não há normatização de uma política para o uso do Software Livre no Estado brasileiro? Porque ainda aceitamos a inclusão digital com software proprietário impossibilitando a independência? Seria a pressão dos grandes monopólios de softwares que impedem o nosso Estado de escolher o uso do software livre nas suas instituições, órgãos e empresas? Estas são as questões que gostaríamos de deixar para o leitor refletir, e quem sabe sair da dominação da tecnológica e vir para o mundo do Software Livre, o mundo da liberdade tecnológica.

Referencias

ANTUNES, Ricardo. *A nova morfologia do trabalho e o desenho multifacetado das ações coletivas*. In: SANTANA, Marco Aurélio. RAMALHO, José Ricardo.(org) **Além da Fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social**. São Paulo: Boitempo, 2003.

GORZ, André. **O Imaterial: Conhecimento, Valor e Capital**. São Paulo: Annablume, 2005.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. 6ª ed. Vol. I. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

<http://www.governoeletronico.gov.br/governoeletronico/>, *Guia Livre - Referência de Migração para Software Livre do Governo Federal, 2005, acessado em 24/05/2006*

LANDES, David. Entrevista às páginas amarelas da Revista Veja, 22/03/00. Autor do livro: A riqueza e a pobreza das nações.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. CASSINO, João.(org) **Software Livre e Inclusão Digital**. São Paulo: Conrad, Ed. do Brasil, 2003.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. **Exclusão Digital: A Miséria na Era da Informação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.